ARTIGO ORIGINAL

CANDIDO, Letícia Martins Ribeiro ^[1]

CANDIDO, Letícia Martins Ribeiro. Adoecimento Psicológico E O Ensino Fundamental: Representações Sociais Do(A) Professor(A) Doente. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 04, Vol. 09, pp. 183-202. Abril de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/adoecimento-psicologico>

Contents

- RESUMO
- 1. INTRODUÇÃO
- 2. DESENVOLVIMENTO
 - 2.1 ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO BÁSICO NO BRASIL
 - 2.2 O TRABALHO DOCENTE E O ADOECIMENTO PSICOLOGICO.
 - 2.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
- 3. APREENSÃO DO SUJEITO DA PESQUISA: ANÁLISE QUANTITATIVA E PERFIL DOS PARTICIPANTES
 - 3.1 NÚCLEO CENTRAL E PERIFÉRICO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A ANÁLISE QUALITATIVA DO DISCURSO
- 4. CONCLUSÃO
- REFERÊNCIAS

RESUMO

Este estudo se insere no campo da psicologia escolar em interface com a psicologia da saúde e utiliza a metodologia das representações sociais na sua abordagem estrutural para identificar as representações sociais do professor do ensino fundamental sobre saúde mental no trabalho. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando-se de questionário sócio demográfico e técnica da evocação livre em uma escola municipal na região metropolitana de Goiânia-GO com 18 (dezoito) professores (as) da rede pública municipal que foram diagnosticados, previamente, com algum tipo de transtorno psicológico. Os resultados apontam que os elementos do núcleo periférico dizem respeito aos aspectos

externos ao professor, isto é, elementos que podem modificar a partir de intervenções no ambiente ou na cultura escolar. Os elementos presentes no núcleo central estão ligadas aos aspectos internos do (a) professor (a), ou seja, são elementos menos flexíveis e que, para que haja qualquer mudança nestas representações, estes aspectos deverão ser trabalhados de forma individual e singular.

Palavras-Chave: Adoecimento, Saúde Mental, Professores, Representações Sociais.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo se insere no campo da psicologia escolar em interface com a psicologia da saúde, utilizando-se de uma metodologia da teoria das representações sociais, compreendendo a atualidade e necessidade do tema dentro do contexto educacional frente às demandas de saúde do trabalhador, sobretudo, do trabalhador docente.

O primeiro capítulo se dedica a uma breve apresentação da estruturação e funcionamento do ensino básico no país, realizando uma retomada histórica, política e social no contexto da educação, bem como perpassa as principais leis e diretrizes nacionais da educação no Brasil.

O segundo capítulo propõe uma discussão sobre o papel do professor na educação básica e reflete o fazer docente apontando situações que corroboram com a desvalorização social do professor.

A teoria das representações sociais é sucintamente discutida no terceiro capítulo e faz uma retomada histórica e conceitual da teoria, apontando sua efetividade em estudos científicos voltados para a educação, bem como da sua validade na apreensão da subjetividade grupal.

Considerando o adoecimento do professor, a escola como espaço social que influencia a construção do indivíduo, a subjetividade da pesquisadora no convívio com professores e sua relação com a educação implica no interesse pela pesquisa, destarte, à pergunta que a conduz consiste em saber: como estão sendo construídas e compartilhadas as representações sociais dos professores adoecidos do ensino fundamental?

Atualmente, sabe-se que o professor, além de ensinar, deve participar da gestão e do

planejamento escolar, o que significa uma dedicação mais ampla, englobando as famílias e a comunidade. As circunstâncias sob as quais os professores utilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para atingir os objetivos da produção escolar exigem muito de suas funções psicofisiológicas. (GASPARINI, *et al.*, 2005).

Para os autores, não havendo tempo para a recuperação são desencadeados os sintomas clínicos que explicariam os índices de afastamento do trabalho por transtornos mentais. Estatísticas apontam que entre 2001 e 2002 os transtornos psíquicos ocuparam o primeiro lugar entre os diagnósticos que provocaram os afastamentos dos professores, com índice de 15% (quinze por cento). Na pesquisa de Delcor *et al.*, (2004, *apud* GASPARINI, *et al.*, 2005) apresenta que os problemas psicossomáticos ou relacionados à saúde mental como cansaço mental corresponderam a 59,2%. E Chan (2002, *apud* GASPARINI, *et al.*, 2005) revelou através de pesquisas realizadas em Hong Kong, que o exercício docente é altamente estressante ao constatarem que cerca de um terço dos professores apresentaram sinais de estresse e Burnout entre os principais problemas de saúde.

Para alcançar o objetivo deste estudo foi realizada uma pesquisa de campo em uma escola municipal na região metropolitana de Goiânia-GO. Participaram desta pesquisa 18 (dezoito) professores da rede pública municipal que foram diagnosticados, previamente, com algum tipo de transtorno psicológico. O instrumento utilizado trata-se de um questionário sócio demográfico e a técnica de associação livre de palavras ou ainda evocação livre. Esta técnica consiste em pedir aos participantes para que evoquem o que têm em mente quando se deparam com o termo indutor (COUTINHO; BÚ, 2017). A escolha desta técnica parte do princípio de que essa técnica permite identificar o conteúdo e a estrutura representacional, as quais são úteis para uma melhor compreensão da relação população-objeto (WACHELKE; WOLTER, 2013).

Diante disso, acredita-se que esse estudo pode contribuir com a comunidade escolar em geral, bem como os profissionais de psicologia no sentido de oferecer informações acerca das representações sociais e do adoecimento psicológico dentro do contexto educacional. A relevância social do estudo diz respeito à orientação e entendimento a respeito do tema abordado, bem como a diminuição de pré-conceitos existentes.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO BÁSICO NO BRASIL

O direito à educação no Brasil iniciou-se na primeira Constituição Federal em 1824, em seguida pela Carta Magna de 1946 que fixou como competência privada da União, traçar diretrizes da educação nacional (MONTEIRO *et al.*, 2011). Mas foi somente em 1961 que foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) 4024/31 e posteriormente, em 1996, a LDB 9394/96 (BRASIL, 1961). Contudo, a LDB 4024/61 não reconhece o município como entidade federativa, ocorrendo esse reconhecimento somente na LDB 9394/96 (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

A primeira começa a ser desenvolvida na década de 1930, neste período o Brasil passava pela implantação do capitalismo industrial, surgindo novas organizações sociais, econômicas, políticas e estruturais; dessa maneira novas exigências educacionais surgiram, necessitando de modificações profundas na forma de conceber a educação, tendo o Estado como o principal fomentador das políticas educacionais (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

De acordo com Oliveira *et al.*, (2010) os princípios de gratuidade e obrigatoriedade do ensino público partem das concepções discutidas pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1930. Essa prerrogativa é mantida na LDB conforme Art 2º e 4º a educação é dever da família e do Estado e direito do cidadão.

O golpe da Ditadura Militar de 1964 impediu a concretização das reformas de base, acabando com a ideia de democratização. O país entrou em um profundo autoritarismo que durou vinte e cinco anos, tendo como características principais o desrespeito aos direitos humanos, a concentração de renda e a desnacionalização da economia. A educação sofreu grande repressão, a União Nacional de Estudantes foi fechada, os professores considerados subversivos foram demitidos e os livros considerados esquerdistas foram confiscados (OLIVEIRA *et al.*, 2010)

Oliveira *et al.*, (2010) expõe que foi sob essa repressão e aclamação por liberdade e democracia que se iniciou a nova LDB na década de 1980, tendo sua origem a partir dos

movimentos sociais e dos embates políticos. Assim, passa-se a considerar a gestão democrática, a autonomia das instituições, descentralização de ações e repasse de compromisso à sociedade e em especial à comunidade escolar.

Contudo, a educação básica, como direito, aprofundou-se no Brasil somente com a aprovação da Lei n. 11.274/06, que garante a obrigatoriedade do ensino fundamental, qual passou a durar 09 (nove anos), iniciando-se aos 06 (seis) anos de idade (BRASIL, 2006). E a Lei nº. 11.494/07 regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (BRASIL, 2007).

Com o avançar das ações, a ideia de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) começou como um movimento que se articulou em 1970, ganhando destaque na I Conferência Brasileira de Educação realizada em São Paulo nos dias 31 de março, 1 e 2 de Abril de 1980, onde foi criado o Comitê Pró Participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura que mais tarde em 1983 se tornou a Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores – CONARCFE (SAVIANI, 2016). De acordo com Moreno (2016) a BNCC deveria conter direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, unificando 60% do conteúdo escolar nacional, sendo o restante definido localmente, levando em conta o contexto regional.

A LDB, de 20 de dezembro de 1996, adotou essa ideia ao definir, no art. 26, que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum (BRASIL, 1996). Além da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, no art. 4º, a qual definiu que os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional e uma parte diversificada (SAVIANI, 2016).

Com objetivo de regularizar as normativas existentes, o Conselho de Secretarias Estaduais de Educação (Consed), a Secretaria Estadual de Goiás (SEDUC) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/GO) em 2019, implementaram a BNCC. Essa proposta foi produzida com a participação de professores, tutores e técnicos pedagógicos com o intuito de nivelar os conhecimentos e aprendizagens essenciais para o estudante, lembrando que essa proposta deve ser ampliada e adequada as necessidades dos estudantes e a especificidade do ano/serie, bem como ao contexto escolar.

2.2 O TRABALHO DOCENTE E O ADOECIMENTO PSICOLÓGICO.

O trabalho é uma atividade essencial para o sujeito, portanto é um traço característico do ser social. É uma atividade que só pode ser compreendida na coletividade humana, que transforma o próprio indivíduo (SILVA, 2007). De acordo com Delcor *et al.*, (2004) o trabalho pode se tornar patogênico, tornando-se danoso à saúde. No ambiente de trabalho, os processos de desgaste do corpo são determinados, em boa parte, pelo tipo de trabalho e pela forma como esse (trabalho) está organizado.

As questões relacionadas à saúde e trabalho surgem no século XVII com Ramazzini (1985, *apud* GOMES, 2002) que escreve um tratado sobre as doenças dos operários. Por volta de 1830, no século XIX, na Inglaterra, surge a medicina do trabalho como especialidade médica; a qual propõe cuidar da adequação física e mental do trabalhador ao cargo. Contudo foi somente após a Segunda Guerra Mundial que essa atuação médica ampliou seu olhar, considerando o ambiente e criando conceitos de risco e de limites de tolerância (GOMES, 2002).

Nos anos 70, inicia-se lentamente uma demanda social sobre as condições psicológicas do trabalho e suas consequências sobre a saúde. Surge a psicopatologia do trabalho que é a análise dinâmica dos processos psíquicos mobilizados pela confrontação do sujeito com a realidade do trabalho, colocando em visibilidade as afecções mentais que poderiam ser ocasionadas pelo trabalho, apontando, dentro deste contexto de trabalho e doença a existência de um indivíduo que compreende a situação e tem a capacidade de reagir e se defender, ressaltando que a singularidade de cada um (história e estrutura da personalidade) determinam a forma com que a doença mental irá tomar (DEJOURS, 1994).

O professor necessita de um ambiente escolar confortável e saudável para desempenhar suas funções de forma satisfatória. Acredita-se que essas variáveis interferem no comportamento humano, podendo provocar reações de relaxamento total ou surto psicótico (BATISTA *et al.*, 2010). Em 2002 uma pesquisa sobre as condições inadequadas de trabalho dos professores revela que 48% dos professores do Brasil tinham a chamada Síndrome de Burnout, que esta ligada a exposição á situações que são para o indivíduo estressantes (SILVA, 2007).

Todas essas condições aumentam o número de afastamentos de professores das suas atividades rotineiras. Siqueira e Ferreira (2003) ao investigarem o absenteísmo, isto é, ausência do colaborador no ambiente de trabalho, encontraram que as causas mais frequentes desses afastamentos foram: as doenças do aparelho respiratório, os problemas do aparelho locomotor, os problemas de saúde na família e problemas psicológicos e/ou psiquiátricos.

Mesmo que os transtornos psíquicos estejam ocupando o quarto lugar nas causas de afastamento do trabalho em docentes, é importante ressaltar que estão entre as mais prevalentes, tendo em sua maior parte quadros depressivos e de estresse. Segundo os autores esses quadros apresentam ter ligação com as frustrações profissionais e pessoais, bem como a ansiedade decorrente da dupla jornada de trabalho.

Estudos realizados indicam que no período de sete anos, o número de professores em licença triplicou, apontando como diagnósticos mais frequentes: distensões do tornozelo, laringites e depressões. Ainda evidenciou que uma determinada combinação de fatores pode acarretar um estado de ansiedade, denominado esgotamento docente, que pode afetar a personalidade dos professores. Para esse autor, o absenteísmo é um mecanismo de defesa utilizado como forma de atingir um alívio para escapar das tensões acumuladas do exercício docente (GARPARINI *et al.*, 2005).

Para Delcor *et al.*, (2004) as investigações sobre a saúde mental dos professores revelam que 26% apresentam exaustão emocional. Identificando como fatores influentes a desvalorização profissional, baixa autoestima e ausência de resultados. Estudos realizados sobre as condições de saúde e trabalho, mostram que as queixas mais frequentes estão ligadas a dores nas costas e pernas e, no âmbito psicoemocional, cansaço mental e nervosismo. A prevalência de distúrbios psíquicos menores foi de 20%, associada a trabalho repetitivo, insatisfação no desempenho das atividades, ambiente intranquilo e estressante, desgaste na relação professor-aluno, falta de autonomia no planejamento das atividades, ritmo acelerado de trabalho e à pressão da direção (DELCOR *et al.*, 2004).

Todos estes achados evidenciam a complexidade e o olhar do professor doente sobre suas condições laborais. Este olhar provoca novas formas de subjetivação que estão entrelaçadas com a forma com que estes profissionais estão se apropriando do adoecimento. Portanto, o

próximo capítulo busca elucidar, a partir da teoria das representações sociais, como estes processos se estruturam na sociedade.

2.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A teoria das representações sociais surgiu da necessidade de sabermos o que temos a ver com o mundo que nos cerca. Essa representação corresponde ao relacionamento do sujeito com um objeto (JODELET, 2001). Tendo como conceito uma forma de conhecimento socialmente criado e compartilhado, a qual constrói uma realidade comum (ALMEIDA; SANTOS, 2005).

Mascovici salienta o papel da comunicação nas representações sociais, analisando-as em três níveis: o primeiro sendo o nível da emergência, na qual as condições impactam os aspectos cognitivos; o segundo é o nível dos processos de formação, que considera a ligação entre atividade cognitiva e condições sociais; e o terceiro nível é o das dimensões, em que ocorre a construção das condutas (JODELET, 2001).

Jodelet (2001) diz que a representação social é uma construção da realidade comum através do conhecimento social compartilhado, dirigida pelo interesse ou desejo do grupo. Seu estudo implica em englobar elementos afetivos, sociais, cognitivos, mentais, da linguagem e da comunicação presentes no discurso sobre o objeto; entendendo-o como um campo constituído de significações, saberes e informações.

As representações sociais regem a relação do indivíduo com o mundo e com os outros, delineia condutas e comunicações. Intervindo no desenvolvimento individual e coletivo, nas identidades, na expressão grupal e nas transformações sociais (JODELET, 2001).

Rey (2006), por sua vez, trouxe que a representação social é construída através dos processos subjetivos, que se formam nas diferentes práticas e relações sociais, qual é constituída tanto na subjetividade individual quanto na social, portanto, a subjetividade é uma produção humana de caráter simbólico.

Abric (1994) defende a ideia de que a representação social é regida por dois sistemas: o central e o periférico, ao qual desempenham papéis específicos, mas complementares. O

sistema central é composto pelo núcleo central, que apresenta as seguintes características: é marcado pela memória coletiva, realiza e define a homogeneidade do grupo social, é estável e resistente à mudança o que assegura continuidade e a permanência da representação, é relativamente independente do contexto social imediato. Sua função é produzir o significado básico da representação e definir a organização global de todos os elementos (SÁ, 1996).

O sistema periférico é formado pelos demais elementos da representação, a qual promove a interface entre realidade concreta e o sistema central, apresentando as seguintes características: é sensível ao contexto imediato, permite a integração de experiências individuais, suporta as diversidades do grupo. Sua função é proteger o sistema central (SÁ, 1996).

3. APREENSÃO DO SUJEITO DA PESQUISA: ANÁLISE QUANTITATIVA E PERFIL DOS PARTICIPANTES

Este estudo adotou a teoria e metodologia das representações sociais por compreender que esta propõe, e fornece, um diálogo e efetiva articulação sociológica e psicológica para a compreensão dos processos psicossociais que envolvem a construção da realidade dos sujeitos levando em conta os aspectos históricos, socioculturais, psicológicos, econômicos e políticos.

Portanto, se a teoria, bem como suas propostas metodológicas posteriores, não excluem os fenômenos afetivos de suas investigações, compreendendo que estes fenômenos acontecem simultaneamente e indissociável ao sujeito, apontando sua importância na construção e compartilhamento das representações sociais, torna-se imprescindível conhecer de que ponto nós estamos partindo, isto é, representações sociais de que sujeito nós estamos apreendendo? Para isso, a primeira etapa do instrumento nos permitirá delinear o perfil dos sujeitos com vistas a eliminar estas lacunas científicas.

A pesquisa possui uma amostra total de 18 (dezoito) participantes. A partir dos dados sociodemográficos coletados pela primeira etapa do instrumento foi possível identificar que, 88,9% dos participantes são do sexo feminino e 11,1% do sexo masculino, conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1.

Fonte: A autora (2020)

No que se refere à faixa etária dos participantes, 88,9% dos respondentes possuem entre 30 e 59 anos, 5,6% entre 18 e 29 anos e 5,6% possuem 60 anos ou mais, conforme apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2.

Fonte: A autora (2020)

No tocante ao estado civil da amostra pesquisada, 61,1% dos respondentes são casados, 16,7% estão solteiros, 11,1% divorciados, 5,6% viúvos e 5,6% declararam estar em união estável. A pesquisa permitiu ainda identificar os participantes por raça, nesta variável identifica-se que 50% se declararam brancos, 44,4% pardo e 5,6% são negros.

O instrumento identificou ainda questões relacionadas à composição familiar e poder aquisitivo dos participantes a partir da renda mensal familiar. 77,8% possuem filhos e 22,2% não. Dos participantes que possuem filhos, 92,9% possuem até 02 filhos e 7,1% possuem apenas 01 filho.

No que se refere à renda familiar mensal dos respondentes identifica-se que a maioria da amostra 61,1% afirma possuir renda familiar mensal de 3 a 4 salários-mínimos. 33,3% declararam renda de 5 a 6 salários-mínimos mensais e 5,6% possuem renda familiar mensal de 1 a 2 salários-mínimos. Estes dados estão descritos no gráfico 3.

Gráfico 3.

Fonte: A autora (2020)

77,8% dos respondentes possuem o título de especialista completo, 11,1% não concluíram a especialização e 11,1% possuem apenas o ensino superior. Ao buscar identificar a quantidade de tempo laboral que o participante possui na educação, identifica-se que 83,3% atuam acima de 11 anos na área. 11,1% de 2 a 5 anos e 5,6% possuem de 6 a 10 anos de

atuação profissional, conforme representa o gráfico 4.

Gráfico 4.

Fonte: A autora (2020)

Para finalizar a apresentação estatística dos dados sócio demográficos da amostra pesquisada o instrumento permitiu identificar a carga horária semanal, qual evidencia que 61,1% possui carga horaria semanal de 40 horas. 27,8% detém uma carga horária de 60 horas semanais, 5,6% dos participantes possuem 20 e 30 horas, respectivamente.

Com base nos dados estatísticos apresentados até aqui, é possível identificar que o perfil da maioria dos participantes deste estudo são mulheres (88,9%) brancas e pardas (somadas equivalem 94,4% da amostra geral), com idade entre 30 e 59 anos (88,9%), casadas (61,1%), com 2 filhos (92,9%), atuantes na área da educação por mais de 11 anos (83,3%) com grau de escolaridade de nível especialista (77,8%) e poder aquisitivo familiar entre R\$ 3.135,00 à R\$: 4.180,00 reais/mês, para isso, dedica-se a uma carga horária de 40 horas semanais (61,1%).

3.1 NÚCLEO CENTRAL E PERIFÉRICO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A ANÁLISE QUALITATIVA DO DISCURSO

A partir da técnica de evocações livres em que os participantes (N=18) produziram cinco palavras ou expressões ao termo indutor “adoecimento psicológico do professor”, constatou-se um total de 90 evocações. Nesta primeira etapa, as expressões evocadas com ordem de 3.00 e frequência mínima de 2.00%, considerando o grau de importância e relevância para o estudo, podem ser observadas na figura 1.

Figura 1

Tabela Frequência x Ordem de Evocação (TabFreq) (N = 18)

++	Frequência >= 1.11 / Ordem de evocação < 3	
6.67%	Cansaço	1
5.56%	Ansiedade	2.4
4.44%	Estresse	2.25
4.44%	Tristeza	2.75
3.33%	Depressão	2
3.33%	Medo	2.33
2.22%	Nervosismo	2
2.22%	Sobrecarga	2.5
+-	Frequência >= 1.11 / Ordem de evocação >= 3	
6.67%	Cobrança	3.17
4.44%	Desanimo	3.75
2.22%	Falta de tempo	3
2.22%	Desgaste	3
2.22%	Fadiga	3
2.22%	Desmotivação	3.5
2.22%	Salário	4
-+	Frequência < 1.11 / Ordem de evocação < 3	
--	Frequência < 1.11 / Ordem de evocação >= 3	

Fonte: A autora (2020)

As evocações cansaço, ansiedade, estresse, tristeza, depressão, medo, nervosismo e sobrecarga, são elementos presentes no núcleo central da representação, traduzindo a memória coletiva, as condições sócio-históricas e os valores do grupo, tendo como função gerar o significado básico da representação, pois aparecem com maior frequência e nas primeiras ordens de evocação a partir do termo indutor.

Estes achados são confirmados nas pesquisas de Lima e Filho (2009) que, em seus estudos,

trazem que as principais queixas relacionadas à saúde mental dos docentes foram sobrecarga, cansaço mental, estresse, ansiedade, frustração, nervosismo, angústia, insônia e depressão. Gomes (2002), em seu estudo ao qual tinha como objetivo verificar como a escola contribuiu para o adoecimento dos professores, evidenciou problemas de saúde como: agitação, estresse, irritação, mal-estar, ansiedade, tensão, nervosismo, irritabilidade, depressão, angústia, esgotamento, perturbação no sono e sobrecarga.

Diante dos dados identificados, é possível perceber que os termos que compõe o núcleo central estão intrinsecamente relacionados aos sintomas internos vivenciados pelo professor. A ansiedade é definida como uma sensação vaga e desagradável de medo, apreensão, tensão e desconforto advindo de uma antecipação do perigo, que vem acompanhada de manifestações físicas. Ela passa a ser patológica, quando os sentimentos são exagerados ou desproporcionais em relação ao estímulo e quando interferem na qualidade de vida do indivíduo (CASTILLO *et al.*, 2000).

A expressão estresse pode ser conceituada como um processo em que o indivíduo compreende que as exigências do trabalho e do cotidiano são estressoras, ao ultrapassarem seu repertório de enfrentamento, provocando reações negativas (PASCHOAL; TAMAYO, 2004). E segundo Lima e Filho (2009) estresse é um estado geral de tensão fisiológica e mantém relação direta com as demandas do ambiente. O estresse pode provocar sintomas físicos e psicológicos, dentre eles estão: cansaço, nervosismo, irritabilidade, ansiedade, tristeza, insônia, raiva, emotividade, depressão e isolamento (VALLE *et al.*, 2011).

A tristeza identificada no discurso do professor parece evidenciar um dos sintomas do transtorno depressivo, uma vez que é possível identificar que dos 11 profissionais que tiveram diagnóstico de adoecimento psicológico, 5 destes relatam a depressão. A depressão pode ser definida como um complexo de desvios sentimentais, cognitivos e comportamentais. Dentro destes desvios, é possível identificar uma alteração bastante característica do humor e outros sintomas. No que se refere ao humor, os autores citam, dentre eles, a tristeza, a solidão e a apatia (BECK; ALFORD, 2011).

As evocações cobrança, desanimo, falta de tempo, desgaste, fadiga, desmotivação e salário, são componentes presentes no núcleo periférico da representação e traduzem os fatores externos que implicam na atuação do profissional docente. Estas representações permitem a

mobilidade e flexibilidade da representação, oportunizando a integração das experiências e histórias individuais dos sujeitos, apreensão da heterogeneidade do grupo e as contradições, sendo que suas funções consistem, em termos atuais e cotidianos, na adaptação à realidade concreta e na diferenciação do conteúdo da representação, além do seu caráter de proteção do núcleo central (ABRIC, 1994).

As expressões desânimo, desgaste e fadiga podem estar relacionadas aos diagnósticos dos profissionais pesquisados, pois, são critérios diagnósticos em transtornos evidenciados pela amostra pesquisada, como depressão, ansiedade e síndrome do pânico. Aqui cabe ressaltar que, por se tratar de um ambiente de trabalho é importante reforçar a Síndrome de *Burnout*, que, apesar de não ter sido apresentada pela amostra é caracterizada pela presença de sintomas como fadiga, desmotivação, desânimo, desgaste, desvalorização, insatisfação, desconfiança, irritabilidade, agressividade, isolamento, exaustão, impaciência, distúrbios do sono e ainda a perda do interesse pelo trabalho (ASSIS, 2006).

De acordo com estudos realizados por Siqueira e Ferreira (2003) e Paparelli (2009) muitos dos sintomas psicossomáticos apresentados pelos professores surgem de aspectos como baixos salários e sobrecarga. Corroborando, Valle *et al.* (2011) em seus estudos sobre os fatores relacionados aos sintomas de estresse e distúrbio de sono dos docentes, apontam que elementos como excesso de trabalho, baixos salários e falta de tempo interferem na saúde do professor.

A palavra desgaste evidenciada pode ser entendida como a perda da capacidade potencial ou efetiva, corporal e psíquica (LAURELL; NOGUEIRA, 1989, *apud* PAPARELLI, 2009). Segundo o médico Ramiro Stelmach o desgaste docente advém de um sistema que não funciona, pois nele o professor é mal remunerado, tem pouco tempo para cuidar da saúde e para descansar (WEBLER, 2006). Diante disso, o desgaste no ambiente de trabalho dos participantes parece estar associado aos fatores aos quais os profissionais são submetidos, podendo ser um fator determinante para o aparecimento de doenças psicológicas.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa propôs verificar como estão sendo construídas e compartilhadas as

representações sociais dos professores adoecidos do ensino fundamental. E como forma de identificar os núcleos centrais e periféricos das representações sociais, foi utilizada a técnica de evocação livre. O primeiro, trás os elementos: cobrança, desanimo, falta de tempo, desgaste, fadiga, desmotivação e salário. O segundo, isto é, o núcleo periférico aponta os termos: cansaço, ansiedade, estresse, tristeza, depressão, medo, nervosismo e sobrecarga.

Neste sentido, vale ressaltar que as evocações do núcleo periférico desta pesquisa dizem respeito aos aspectos externos, isto é, são elementos que podem modificar a partir de intervenções no ambiente ou na cultura escolar. Ao contrário disso, as evocações presentes no núcleo central estão ligadas aos aspectos internos do sujeito/professor, ou seja, são elementos menos flexíveis e que, para que haja qualquer mudança nas representações sociais, estes aspectos deverão ser trabalhados de forma individual e singular.

Diante disso, orienta-se que a comunidade escolar, mas não somente esta, proporcione segurança, espaço para o debate, reconhecimento social e econômico aos professores, bem como a diminuição das atividades realizadas fora da jornada de trabalho e, conseqüentemente, aumento no tempo para o cuidado de si, a partir de uma concepção biopsicossocial.

Este estudo proporcionou importantes reflexões para a pesquisadora, uma vez que permitiu novas experiências e uma ampliação acadêmica, teórica e metodológica no campo da psicologia escolar em articulação com a teoria das representações sociais. Outrossim, é relevante destacar que tais experiências oportunizaram um conhecimento para-além do adquirido na posição de aluna e filha de professora.

É possível afirmar que a pesquisa respondeu o questionamento inicial que objetivou e guiou este estudo, porém, despertou um leque para novas provocações e inquietações, por isso, orienta-se que sejam realizadas pesquisas que se articulam entre a prática profissional e as condições de trabalho do professor conforme aqui sugeridas, refletindo sobre as implicações desta, na qualidade de vida do profissional.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. *Pratiques e représentations sociales*. Paris: PUF, 1994.

ALMEIDA, Leda; SANTOS, Maria. *Diálogos com a teoria das representações sociais*. Editora UFPE, 2005.

ASSIS, Fernanda Bernardes. *Síndrome de Burnout: um estudo qualitativo sobre o trabalho docente e as possibilidades de adoecimento de três professoras das séries iniciais*. 2006, 146 folhas. Dissertação (Mestrado, Psicologia aplicada). Universidade Federal de Uberlândia. 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17172>>. Acessado em: 19/06/2020.

BATISTA, Jaqueline B. V. *et al.* O ambiente que adoeece: condições ambientais de trabalho do professor do ensino fundamental. *Cad. Saúde Colet.* Rio de Janeiro, v.18, n.2, 2010. Disponível em: <http://www.cadernos.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2010_2/artigos/CSCv18n2_234-242.pdf>. Acessado em: 20/02/2020.

BECK, Aaron; ALFORD, Brad. *Depressão: causas e tratamentos*. 2ª edição. Editora Artmed, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acessado em: 27/02/2020.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acessado em: 27/02/2020.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em: 27/02/2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<https://portal.facema.edu.br/cpa-doc/LDB-.pdf>>. Acessado em: 27/02/2020.

CASTILLO, Ana Regina *et al.* Transtorno de ansiedade. Rev. Bras. Psiquiatr. São Paulo, v.22, s.2, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462000000600006&script=sci_arttext>. Acessado em: 14/07/2020.

COUTINHO, Maria; BÚ, Emerson. A técnica de associação livre de palavras sobre o prisma do software tri-deux-mots (version 5.2). Revista campo do saber, v.3, n.1, 2017. Disponível em <<http://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/72>>. Acessado em: 28/01/2020.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DELCOR, Núria Serre *et al.* Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Cadernos de saúde pública. Rio de Janeiro, v.20, n.1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000100035&script=sci_arttext>. Acessado em: 25/01/2020.

DOISE, Willem. Da psicologia social à psicologia societal. Psicologia: teoria e pesquisa. Brasília, v.18, n.1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722002000100004&script=sci_arttext&lng=pt>. Acessado em: 28/01/2020.

GASPARINI, Sandra Maria *et al.* O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e pesquisa. São Paulo, v.31, n.2, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000200003&script=sci_arttext>.
Acessado em: 28/01/2020.

GOMES, Luciana. Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites. 2002, 127 folhas. Dissertação (Mestrado, Ciências na área de saúde pública). Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP do Rio de Janeiro. 2002. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5219>>. Acessado em: 28/01/2020.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. UERJ: 2001.

LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça; FILHO, Dario de Oliveira Lima. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. Ciências e Cognição. v.14, n.3, 2009. Disponível em <<http://cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/253>>. Acessado em: 17/06/2020.

MONTEIRO, Rui Ander Costa *et al.* Lei e diretrizes e bases da educação nacional: o porquê e seu contexto histórico. Revista Eletrônica de Educação. v. 5, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/225/142>>. Acessado em: 27/02/2020.

MORENO, Jean Carlos. História na Base Nacional Comum Curricular: déjà vu e novos dilemas no século XXI. História e Ensino. Londrina, v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/seer/index.php/histensino/article/view/26158>>. Acessado em: 27/02/2020.

OLIVEIRA, Oséias Santos *et al.* Perspectivas na consolidação do sistema de ensino brasileiro: o desenho da democratização proposto nas leis de diretrizes e bases - Leis 4.024/61 e 9.394/96. Jornal de políticas educacionais. v.4, n.7, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/21862/14298>>. Acessado em: 27/02/2020.

PAPARELLI, Renata. Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização de fluxo escolar. 2009. 194 folhas. Tese (Doutorado, Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 2009. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07122009-145916/publico/tesepaparelli2009.pdf>>. Acessado em: 17/06/2020.

PASCHOAL, Tatiane; TAMAYO, Álvaro. Validação da escala de estresse no trabalho. Estudos de Psicologia. Natal, v.09, n.1, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413294X2004000100006&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acessado em: 17/06/2020.

REY, Fernando. As representações sociais como produção subjetiva: seu impacto na hipertensão e no câncer. Revista Redalyc. São Paulo. v.8, n.2, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193818634002>>. Acessado em: 23/01/2020.

SÁ, Celso Pereira. Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. Temas em psicologia. Ribeirão Preto, v.4, n.3, 1996. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300002>. Acessado em: 25/01/2020.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. Revista Movimento. Rio de Janeiro, n.3, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575/18710>>. Acessado em: 25/02/2020.

SILVA, Flávia Gonçalves. O professor e a educação: entre o prazer, o sofrimento e o adoecimento. 2007. 419 folhas. Tese (Doutorado, Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16308>>. Acessado em: 28/01/2020.

SIQUEIRA, M.J.T.S; FERREIRA, Edirê. Saúde das professoras das séries iniciais: o que o gênero tem a ver com isso? Psicologia: ciência e profissão. Brasília, v.23, n.3, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932003000300011&script=sci_arttext>. Acessado em: 13/02/2020.

VALLE, Luiza Elena Ribeiro; REIMÃO, Rubens; MALVEZZI, Sigmar. Reflexões sobre Psicopedagogia, estresse e distúrbios do sono do professor. Revista psicopedag. São Paulo. v.28, n.87, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000300004>. Acessado em: 17/06/2020.

WACHELKE, João; WOLTER, Rafael. Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: raridade, diversidade e comunidade. Revista Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo-SP, v.15, n.2, 2013. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/4363>>. Acessado em: 28/01/2020.

WEBLER, Rita Melânia. O mal-estar e os riscos da profissão docente. CCSA- Em Revista. 2006. Disponível em: <http://sistema.app.com.br/portalapp/uploads/opinioao/CCSA-%20Em%20Revista%20_2_.pdf> Acessado em: 04/09/2020.

^[1] Mestranda em Psicologia Clínica e da Saúde, Pós Graduada em Psicologia Educacional, Pós Graduada em Avaliação Psicológica, Graduada em Psicologia.

Enviado: Setembro, 2020.

Aprovado: Abril, 2021.